

SINDSEP-AM



SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS DO AMAZONAS
MAIO/21

Assembleia prorroga mandato da gestão



Seguindo regras sanitárias que impedem aglomerações, filiados do Sindsep-AM prorrogaram, durante assembleia virtual no dia 27 de abril, o mandato da atual diretoria da entidade. A decisão ocorreu por votação unânime, com a participação diretores e sindicalizados de Manaus e de outros municípios do interior. “Com a impossibilidade de eleições presenciais, temos como tarefa a prorrogação do mandato. Essa medida permite que mantenhamos nossa estrutura

administrativa e de luta, conforme estatuto”, disse Walter Matos, secretário-geral do sindicato, durante o evento via Google Meet. Na ocasião, o secretário de assuntos jurídicos da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), Edison Cardoni, fez uma participação especial, abordando os perigos da Reforma Administrativa em andamento na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Congresso. “No momento em

que os brasileiros mais precisam do servidor público, seja na saúde, educação ou segurança, é quando o governo federal vem atacar o funcionalismo. E a PEC 32 vai atingir a todos, servidores municipais, estaduais e federais”, frisou Edison Cardoni. Ele lembrou que as promessas de um “Brasil melhor” passaram por outras reformas, como a Trabalhista e a Previdenciária, mas a realidade se mostrou bem diferente. “Estamos piores que antes”, destacou.

Dia Nacional de Protestos contra a PEC 32

Com atividades virtuais de diversas entidades que compõem o Fonasefe, 30 de abril foi marcado como um Dia Nacional de Lutas contra a PEC 32/20 (Reforma Administrativa). A Condsef/Fenadsef e suas entidades filiadas, a exemplo do Sindsep-AM, engrossaram os fronts de batalha, com diversas manifestações em suas redes sociais. O projeto representa um verdadeiro retrocesso às conquistas do funcionalismo público e do próprio povo brasileiro, com ameaças como o fim da estabilidade, fim do concurso público e extinção dos atuais planos de carreiras, com prejuízos para atuais e futuros servidores, além dos aposentados.





INFORMES JURÍDICOS

SINDSEP-AM

1) **CARTÃO CONSIGNADO - EMPRÉSTIMO** – toda a documentação recebida no Sindosep-AM foi ajuizada, com exceção daquelas que estavam incompletas. As ações ajuizadas têm tido um tramite rápido, já foram realizadas audiências, sentenças proferidas e em sua maioria foram procedentes. O sindicato tem orientado seus filiados a procurarem o jurídico para proporem as ações contra os bancos que ofereceram o cartão consignado para o servidor, tornando o seu saldo impagável.

2) **PASEP** – ações sendo julgadas improcedentes – a assessoria não tem mais protocolado essas ações. Aguardarão a decisão do STJ que determinou a suspensão nacional da tramitação de todos os processos individuais ou coletivos – inclusive nos juizados especiais – que tenham relação com Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDRs) admitidos.

3) **DDT** – a maioria das ações está suspensa, aguardando o transito em julgado no STJ sobre o tema 1.023, que trata do termo inicial do prazo prescricional das ações de indenização decorrentes do uso de DDT sem proteção. O julgamento deste tema ocorreu em 10/02/2021, tendo sido publicado o acórdão em 24/02/2021. O processo ainda não transitou em julgado, aguarda decisão dos embargos de declaração movido pela União e FNS.

4) **AÇÃO DE COBRANÇA – INCIDÊNCIA DO ABONO DE FÉRIAS SOBRE A BASE DE CÁLCULO DE 1/3 DE FÉRIAS E DO 13º. SALÁRIO** – a assessoria está ajuizando as ações referente a essa diferença, a previsão é que até o final do mês de maio todas as ações sejam protocoladas. O sindicato informa que tem direito a essa ação, o servidor ativo que recebe abono de permanência e os servidores que se aposentaram nos últimos 5 anos.

5) **PSS SOB RE 1/3 DE FÉRIAS** – O sindicato tem 4 processos coletivos, todos estão em segunda instância, foram transformados em eletrônico há pouco tempo. Embora tenhamos tido ganho de causa em primeiro e segundo grau, os processos encontravam-se sobrestados, aguardando decisão de repercussão geral do STF, após a decisão que confirmou os pedidos do sindicato os processos começaram a ter movimentação regular. Estamos com esperança de que logo certifiquem o transito em julgado para iniciarmos o cumprimento de sentença.

6) **DEVOLUÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA DESCONTADO SOBRE O VALOR DE AUXÍLIO-CRECHE** – temos um processo coletivo que precisa ser executado, mas até hoje não recebemos a documentação dos servidores. Pedimos que procurem a entidade para obter informação se estão contemplados na ação. O direito de executar os créditos prescreverá, lembrando que a execução tem o prazo de 5 anos a partir do transito em julgado.

7) **GACEN** – as ações estão em grau de recurso, junto a turma recursal.

8) **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (EXECUÇÃO) DO DNIT DE 13,23%** – todas sofreram impugnação, aguardando decisão do juiz.

9) **AÇÃO DE GG DOS SERVIDORES DO INPA** – estão em fase recursal. a maioria obteve sentença procedente.

10) **AÇÃO DE GRATIFICAÇÃO – GDACT – APOSENTADOS DO INPA** – aguardando decisão do STJ a respeito do recurso da União.